



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 10º PERÍODO - DATA: 30/09/2019

Avise a um amigo ou conhecido ▶ ▶ ▶ ▶ ▶



GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D
39	A	B	C	D
40	A	B	C	D

Todo mundo erra, mas erra menos aquele que se preparou a estudar

Disciplina: Direito Previdenciário
Prof^a.: Leilane Paula Camargos

Questão 01

Considere os trabalhadores abaixo:

- I- Garimpeiro em terras indígenas
- II- Pessoa que trabalha em casa de família em atividade sem fins lucrativos
- III- Produtor agropecuário em área de até 4 módulos fiscais.

As categorias de segurados dos trabalhadores acima são respectivamente:

- a) Não é segurado obrigatório; segurado empregado doméstico; segurado especial.
- b) Contribuinte individual; segurado empregado doméstico; segurado especial.
- c) Não é segurado obrigatório; segurado contribuinte individual; segurado empregado.
- d) Contribuinte individual; segurado empregado; segurado avulso.

Questão 02

Maria trabalhou de janeiro de 2000 até fevereiro de 2016 em uma empresa. Foi demitida sem justa causa, fazendo jus ao seguro desemprego. Maria montou um salão de cabeleireira, mas nunca contribuiu com o INSS. Em janeiro de 2019 é acometida de uma doença. Nesse caso:

- a) Maria terá direito ao benefício de Auxílio Doença, pois seu período de graça era de 24 meses e prorrogou mais 12 meses por ainda estar desempregada, bastando para provar o desemprego a CTPS sem assinatura.
- b) Maria não tem direito benefício de Auxílio Doença, pois seu período de graça era de 24 meses não tendo direito à prorrogação de mais 12 meses por não estar desempregada.
- c) Maria não tem direito ao benefício de Auxílio Doença pois seu período de graça seria de 12 meses após o afastamento.
- d) Maria não tem direito ao benefício de Auxílio Doença, porque uma vez afastada da empresa e não contribuindo mais não é mais considerada segurada.

Questão 03

Jair foi casado com Marilda por dois anos. No divórcio Marilda ficou com direito à prestação alimentícia. Logo depois do divórcio, Jair casou com Marlene, com quem veio divorciar meses depois, sem que Marlene ficasse com prestação alimentícia. Passados alguns meses Jair foi viver em união estável com Michele, vindo a falecer logo depois. Quem são os dependentes de Jair para fins Previdenciários?

- a) Apenas Marilda, pelo fato de ter direito à prestação alimentícia. Marlene não é dependente porque não teve direito à prestação alimentícia e Michele não é dependente porque vivia apenas em união estável.
- b) Todas as três são dependentes de Jair e devem dividir a pensão alimentícia, não precisando nenhuma delas comprovar dependência econômica.
- c) Nenhuma das três mulheres são dependentes. As duas primeiras já são divorciadas. E a última vivia em União Estável.
- d) Marilda que tem a prestação alimentícia e Michele que vivia em União estável são dependentes de Jair, e não precisarão comprovar dependência econômica. Já Marlene só terá direito à pensão se provar que houve uma necessidade econômica superveniente ao divórcio.

Questão 04

João casa com Anita e na noite de núpcias João morre por causas naturais. Anita tem 45 anos de idade. Nesse caso:

- a) Anita receberá pensão por morte pelo período de 4 meses.
- b) Anita não receberá pensão por morte, pois o segurado não tinha cumprido a carência de 02 anos de casamento.
- c) Anita terá direito a pensão por morte vitalícia, pois já conta com 45 anos de idade.
- d) Anita receberá a pensão por morte até que se case novamente.

Disciplina: Direito Civil - Das Sucessões Profª. Juliana Maria Souza Murcia Soler
--

Questão 05

Juca, casado com Lucia, sob o regime da comunhão parcial de bens, faleceu e deixou um imóvel por ele adquirido antes do casamento, usado como moradia do casal. Não há descendentes. Há um ascendente em primeiro grau vivo. Analisando o caso supra, assinale a alternativa correta:

- a) Lucia terá direito a 50% do imóvel deixado por Juca, e tem o direito real de habitação.
- b) Lucia terá direito a 1/3 do imóvel deixado, mas não terá direito real de habitação, devendo proceder a venda imediata para efetivar a partilha com os ascendentes.
- c) Lucia terá direito a 1/3 do imóvel deixado, e tem o direito real de habitação.
- d) Por se tratar de bem incomunicável, Lucia não participa da sucessão, mas tem direito real de habitação, cabendo ao ascendente a totalidade do imóvel.

Questão 06

Sobre os preceitos constantes no Código Civil a respeito do Direito das Sucessões, analise as assertivas.

- I – pode-se aceitar a herança parcialmente, sob condição ou a termo
 - II – A sucessão abre-se no ultimo domicilio do falecido.
 - III – são herdeiros necessários os descendentes e ascendentes.
 - IV - São herdeiros necessários: descendentes, ascendentes e o cônjuge.
- Está incorreto o que se afirma em:

- a) I e III;
- b) I, III e IV;
- c) I, e IV;
- d) I, II e III.

Questão 07

Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmãos unilaterais:

- a) Somente herdarão os irmãos bilaterais
- b) Todos herdarão em partes iguais
- c) Cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdar.
- d) herdarão os irmãos unilaterais

Questão 08

Paula, não possui descendentes, nem ascendentes, nem cônjuge, mas possui três irmãos Paulo, Pedro e Lúcio, sendo que o irmão Lucio é pré-morto e pai de Pedrinho e Maria. Paula falece sem deixar testamento, e um acervo hereditário de seis milhões de reais. Aplicando as regras da sucessão legítima, assinale a alternativa correta no tocante a partilha da herança deixada por Paula:

- a) a herança deveria ser partilhada em partes iguais, assim cada um dos herdeiros receberá 25%, que corresponde a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
- b) a herança deveria ser partilhada em duas partes iguais, assim os herdeiros Paulo e Pedro receberão 50% cada, que corresponde a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais).
- c) a herança deverá ser partilhada em três partes iguais, e caberá a Paulo e Pedro 1/3, e o outro 1/3 será dividido entre Pedrinho e Maria, herdeiros do irmão pré-morto Lucio.
- d) a herança deveria ser partilhada em duas partes iguais, assim os herdeiros Pedrinho e Maria receberão 50% cada, que corresponde a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais).

Questão 09

O Código Civil dispõe que aberta a sucessão, a herança transmite-se desde logo aos herdeiros legítimos e testamentários, decorrente do princípio conhecido como:

- a) Sucebilidade incondicional
- b) Saisine
- c) Herança instantânea
- d) Transmissibilidade imediata

Questão 10

Analise o caso hipotético: “ João, casado com Maria, sob o regime da comunhão parcial de bens, adquirem na constância do casamento, dois imóveis urbanos e João já era proprietário antes do casamento de um imóvel rural, da união adveio 03 filhos comuns. Falecendo João nesta data, como ficará a partilha de sua herança:

- a) os imóveis urbanos e rural ficarão em sua totalidade para os filhos do casal;
- b) Maria não será herdeira, terá apenas a meação nos imóveis urbanos adquiridos na constância do casamento;
- c) Os filhos do casal herdarão apenas o imóvel rural, que é era patrimônio particular do autor da herança, não herdando sob os bens comuns.
- d) Maria terá direito a meação dos imóveis urbanos adquiridos na constância do casamento, e concorrerá na herança com os filhos comuns no tocante ao imóvel rural, que era bem particular de João, já a metade dos imóveis urbanos pertencente a João, será dividida entre os filhos do casal.

Disciplina: Direito Processual Penal IV Prof ^a .: Ilídia Aparecida Silva
--

Questão 11

Arquimedes, juiz de uma vara criminal da justiça comum, profere sentença em processo-crime cuja competência era da justiça militar. Com base em tal afirmativa, pode-se dizer que a não observância de Arquimedes à matriz legal gerará a

- a) inexistência do ato.
- b) nulidade relativa do ato
- c) nulidade absoluta do ato.
- d) irregularidade do ato.

Questão 12

Maurício foi denunciado pela prática de um crime de homicídio qualificado, sendo narrado na denúncia que a motivação do crime seria guerra entre facções do tráfico. Cinco dias antes do julgamento em plenário, o Ministério Público junta ao processo a Folha de Antecedentes Criminais (FAC) do acusado, conforme requerido quando da manifestação em diligências, em que, de fato, constavam anotações referentes a processos pela prática do crime da Lei de Drogas.

Apenas três dias úteis antes do julgamento, a defesa de Maurício vem a tomar conhecimento da juntada da FAC. No dia do julgamento, após a manifestação oral da defesa em plenário, indagado pelo juiz presidente sobre o interesse em se manifestar em réplica, o promotor de justiça afirma negativamente, reiterando aos jurados que as provas estão muito claras e que o réu deve ser condenado, não havendo necessidade de maiores explanações. Posteriormente, o juiz presidente nega à defesa o direito de tréplica. Maurício é condenado.

Diante da situação narrada, o(a) advogado(a) de Maurício, em sede de apelação, deverá buscar

- a) a nulidade do julgamento, pois foi juntada documentação sem a antecedência necessária exigida pela lei.
- b) o afastamento da qualificadora pelo Tribunal, pois foi juntada documentação que influenciou seu reconhecimento sem a antecedência necessária exigida pela lei.
- c) a nulidade do julgamento, pois o direito de tréplica da defesa independe da réplica do Ministério Público.
- d) a nulidade do julgamento, pois houve réplica por parte do Ministério Público, de modo que deveria ser deferido à defesa o direito de tréplica.

Questão 13

A Teoria Geral das Nulidades determina que nulidade é a sanção aplicada pelo Poder Judiciário ao ato imperfeito, defeituoso. Tal teoria é regida pelos princípios relacionados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- a) Princípio do Prejuízo.
- b) Princípio da Causalidade.
- c) Princípio do Interesse.
- d) Princípio da Voluntariedade.

Questão 14

Sobre os vícios processuais, é INCORRETO afirmar:

- a) São exemplos de atos inexistentes a sentença proferida por quem não é juiz ou a sentença a que falte a parte dispositiva.
- b) Sobre a teoria dos vícios processuais o Código de Processo Penal adota destacadamente os princípios do prejuízo, da causalidade, do interesse e da convalidação.
- c) Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.
- d) É absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

Questão 15

No processo penal, especificamente sobre as nulidades, é correto afirmar:

- a) Ocorrerá nulidade no caso de comparecimento de quinze jurados para constituição do júri.
- b) Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
- c) As omissões da denúncia ou da queixa poderão ser supridas a todo o tempo, até cinco dias antes da audiência de instrução designada.
- d) A nulidade por ilegitimidade do representante da parte não poderá ser sanada, ensejando a renovação de todos os atos processuais praticados.

Questão 16

A nulidade absoluta pode ser decretada

- a) somente até o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- b) somente até a prolação da sentença condenatória de primeira instância.
- c) somente a requerimento do Ministério Público.
- d) mesmo após o trânsito em julgado da decisão condenatória.

Disciplina: Direito Processual do Trabalho Prof.: Christiano Francisco Vitagliano
--

Questão 17

Findada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 (dez) minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou presidente renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão.

Quanto à afirmação legislativa assinale a alternativa correta, quanto a matéria principiológica:

- a) Trata-se do princípio da cooperação
- b) Trata-se do princípio da simplicidade
- c) Trata-se do princípio da celeridade
- d) Trata-se do princípio da conciliação.

Questão 18

No processo do trabalho há o princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias, admitindo-se a apreciação do merecimento de tais decisões somente em recursos da decisão definitiva.

Assinale a INCORRETA no tangente ao enunciado acima:

- a) Diz respeito ao princípio da oralidade
- b) Cabe Mandado de segurança substitutivo a recurso
- c) Não autoriza a utilização de alegações preliminares em sede de Recurso Ordinário.
- d) Há situações sumuladas que mitigam o princípio constante no enunciado da questão.

Questão 19

Há certos princípios que são regras informativas processuais, considerados axiomas, neste diapasão há um princípio que seu objetivo é prover os direitos dos cidadãos da máxima garantia social com o mínimo da liberdade individual, há um princípio que consiste na escolha por um Estado democrático, sendo que o Tribunal do júri é manifestação desse princípio.

Nesta esteira, e no contexto do enunciado com véis informativo, tratam-se de quais princípios:

- a) Do contraditório
- b) Político
- c) Devido processo legal
- d) Econômico

Questão 20

Há certo princípio que é denominado por alguns doutrinadores de super princípio pois os demais princípios processuais são seus corolários, a exemplo da ampla defesa e do contraditório, aludido princípio possui um aspecto formal, e um outro ligado ao aspecto material ligado a conformidade com a celeridade, com a efetividade processual.

Nesta esteira, e no contexto do enunciado, no que tange exclusivamente ao aspecto material, trata-se de qual princípio:

- a) Devido processo legal
- b) Ampla defesa
- c) Devido processo legal substancial
- d) Contraditório

Questão 21

Há uma faceta principiológica não expressa no CPC revogado, e salientado no novo CPC que o magistrado não pode decidir, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade prévia de manifestação.

Quanto ao enunciado acima assinale a alternativa abaixo mais pertinente:

- a) Contraditório tangente ao direito de influência
- b) Contraditório pertinente ao direito de reação
- c) Ampla defesa
- d) Fundamentação das decisões

Questão 22

O juiz que participou da colheita das provas em audiência julgará a lide, o CPC não o contempla expressamente:

Assinale a alternativa incorreta, quanto ao princípio acima:

- a) Tendo em vista que não há mais previsão expressa a doutrina já não mais adota esse princípio no processo do trabalho.
- b) Trata de princípio que interage com o princípio da oralidade
- c) No processo do trabalho há resolução cancelando Súmula que negava a aplicação do princípio
- d) Diz respeito ao princípio da oralidade.

Disciplina: Processo nos Juizados Especiais

Prof^a.: Ilídia Aparecida Silva

Questão 23

Considere as seguintes situações hipotéticas que envolvem indivíduos que cometeram crimes, todos absolutamente primários, sem qualquer antecedente criminal e que jamais foram beneficiados pela transação penal nos últimos cinco anos.

I. Rodolfo está sendo acusado de cometer crime de desacato contra Policial Rodoviário Federal, com pena prevista de 6 meses a 2 anos de detenção, ou multa.

II. Murilo está sendo acusado de crime de abandono de função, após abandonar, fora dos casos permitidos por lei, cargo público em lugar compreendido na faixa de fronteira, que tem pena prevista de 1 a 3 anos de detenção, e multa.

III. Mirto, agente penitenciário, está sendo acusado de cometer o crime previsto no artigo 319-A, do Código Penal, ao permitir o acesso de aparelho telefônico em estabelecimento penitenciário federal para um determinado detento, crime este com pena prevista de 3 meses a 1 ano de detenção.

IV. Josué está sendo acusado de cometer crime de descaminho após trazer uma televisão do Paraguai para o Brasil sem pagar os tributos devidos, com pena prevista de 1 a 4 anos de reclusão, e multa.

O Ministério Público Federal, não sendo caso de arquivamento, poderá oferecer proposta de transação penal, com aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas para

- a) Mirto, apenas.
- b) Rodolfo, Murilo, Mirto e Josué.
- c) Rodolfo, Murilo e Mirto, apenas.
- d) Rodolfo e Mirto, apenas.

Questão 24

Mauro, na condução de veículo automotor, causou lesão corporal de natureza leve em Marina, desconhecida que dirigia outro automóvel, que inicialmente disse ter interesse em representar em face do autor dos fatos, diante da prática do crime do Art. 303, *caput*, do Código de Trânsito Brasileiro.

Em audiência preliminar, com a presença de Mauro e Marina acompanhados por seus advogados e pelo Ministério Público, houve composição dos danos civis, reduzida a termo e homologada pelo juiz em sentença. No dia seguinte, Marina se arrepende, procura seu advogado e afirma não ter interesse na execução do acordo celebrado.

Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Marina deverá

- a) interpor recurso de apelação da sentença que homologou a composição dos danos civis.
- b) esclarecer que o acordo homologado acarretou renúncia ao direito de representação.
- c) interpor recurso em sentido estrito da sentença que homologou composição dos danos civis.
- d) esclarecer que, sendo crime de ação penal de natureza pública, não caberia composição dos danos civis, mas sim transação penal, de modo que a sentença é nula.

Questão 25

Nos termos do art. 69, parágrafo único, da Lei no 9.099/95, ao autor do fato típico definido como crime de menor potencial ofensivo, após a lavratura do termo circunstanciado, caso se comprometa a comparecer junto ao Juizado Especial Criminal, não se imporá prisão em flagrante

- a) desde que primário.
- b) desde que imediatamente restitua o prejuízo da vítima.
- c) a menos que se trate de reincidente específico.
- d) nem se exigirá fiança